

Sistema integrado de SRUP para suporte à instrução de pedidos de parecer sobre operações urbanísticas

Proposta de modelo concetual

N.º do tema de sessão técnica: N.º. 1 - Aplicações e Tecnologia

Resumo

A Diretiva (UE) 2019/1024 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 e o consequente Regulamento de Execução (UE) 2023/138 da Comissão, de 21 de dezembro de 2022 surgem no sentido de reforçar as políticas de livre acesso e os princípios de facilidade de localização, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização (FAIR) da informação.

Conforme mencionado nessa Diretiva e nesse Regulamento, o acesso à informação é um direito fundamental consagrado pela União Europeia. E as informações produzidas pelo setor público são úteis para o cidadão, mas, também, para criar valor económico e serviços inovadores. Para além disso, a disponibilização em acesso aberto dos dados de elevado valor contribui para a transparência dos serviços públicos.

A proposta aqui apresentada parte do conjunto de dados geoespaciais associados às servidões administrativas e restrições de utilidade pública (SRUP) e tem subjacentes os princípios atrás mencionados: a necessidade de informar o cidadão para criar potencial socioeconómico e, de forma específica, investimento territorial. Mas, também, tem inerentes as questões da modernização administrativa e transformação digital pela potenciação dos princípios FAIR.

A atual organização do procedimento de pedido de parecer sobre operações urbanísticas em razão da localização, enquadrado pelo artigo 13.º-A do regime Jurídico da Urbanização e Edificação, apesar da agilização potenciada pela instituição da tramitação por sistema informático, apresenta, ainda, alguns constrangimentos. Pela auscultação do cidadão (através de inquéritos por questionário e entrevista) e de um painel de peritos (através da técnica Delphi) constituído por técnicos da administração local da Região Centro e de entidades da administração central com jurisdição sobre as SRUP nesse território, percebeu-se que as maiores dificuldades se encontram na fase de instrução do pedido.

Por um lado, o cidadão, enquanto requerente, carece do entendimento geral do que condiciona o uso do solo na sua propriedade. Mas, sobretudo, não consegue orientar-se face à carga burocrática e lógica procedimental que o pedido de parecer tem subjacente, apresentando, com frequência, a documentação necessária com erros ou incompleta. Por seu turno, os técnicos da administração local, responsáveis pela gestão

do procedimento, deparam-se com situações de dificuldade de acesso à informação geográfica ou condicionamentos no seu tratamento devido às suas características ou qualidade. A par disso, percecionam alguma confusão, desarticulação e dispersão da legislação associada, bem como alguma falta de uniformização dos elementos solicitados por cada entidade da administração central.

Face ao exposto, considera-se que a compilação da informação geográfica e alfanumérica relativa ao procedimento num único sistema de informação que permita o acesso livre e a análise espacial, seria um ponto desbloqueador das barreiras encontradas na preparação dos elementos instrutórios. Mas, ao mesmo tempo, pela análise espacial, os agentes envolvidos poderiam efetuar uma avaliação prévia da viabilidade da pretensão, evitando o gasto de tempo e os custos com o procedimento e antecipando as opções de investimento. Assim, apresenta-se um modelo concetual para um sistema integrado de gestão territorial com base nas SRUP.

Palavras chave

SRUP, operações urbanísticas, pedidos de parecer, instrução processual eficaz, disponibilização de informação, integração de dados, análise geoespacial, modelo concetual

Autores

Carolina Alves

carolina.davide.alves@gmail.com

Universidade de Coimbra,

Faculdade de Letras,

Departamento de Geografia.

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território

João Luís Fernandes

jfernandes@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra,

Faculdade de Letras

José-Paulo de Almeida

zepaulo@mat.uc.pt

Universidade de Coimbra,

Faculdade de Ciências e Tecnologia,

Departamento de Matemática.

Instituto de Engenharia de Sistemas e

Computadores em Coimbra